



S.A., a Alupar Investimentos S.A. é controlada pela Guarupart Participações Ltda.  
**21.2 Garantias:** Data da Autorização: 11/02/08 – Órgão Autorizador: Conselho de Administração – Empresa Garantida: Ijuí – Empresa Garantidora: Alupar – Contrato: Financiamento - BNDES – Garantia: Fiança Irrestrita – Início do Contrato: 09/04/08 – Encerramento do Contrato: 15/09/27 – Valor do Contrato: 168.200 – Saldo devedor do contrato em 31/12/2018: 116.419. **21.3 Remuneração da alta administração:** A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores estabelece uma remuneração fixa aos membros da Diretoria e aos membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração faz jus a remuneração equivalente até 10% daquela devida à Diretoria.

	31/12/2018	31/12/2017
Benefícios de curto prazo (a)	(457)	(594)
Remuneração do conselho	(45)	(48)
<b>Total</b>	<b>(502)</b>	<b>(642)</b>

(a) Compostos por ordenados, salários, contribuições para benefícios como assistência médica, seguro de vida e vale-refeição.

## 22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES

	31/12/2018		31/12/2017	
	IR	CS	IR	CS
Lucro antes do IR e CS	19.043	19.043	18.318	18.318
<b>Apuração Lucro Presumido</b>	<b>1.677</b>	<b>836</b>	<b>1.836</b>	<b>886</b>
Faturamento e Ajuste positivo	62.039	62.039	59.975	59.975
Presunção do lucro - 8%/12%	4.963	7.445	4.798	7.197
Receita financeira	1.845	1.845	2.646	2.646
Base de cálculo IR e CS	<b>6.808</b>	<b>9.290</b>	<b>7.444</b>	<b>9.843</b>
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota de adicional IRPJ	10%	—	10%	—
Outros ajustes	1	—	2	—
<b>Total dos tributos correntes</b>	<b>1.678</b>	<b>836</b>	<b>1.838</b>	<b>886</b>
Alíquota efetiva		<b>13,20%</b>		<b>14,87%</b>

## 23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DOS RISCOS

**Considerações gerais:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. **23.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros:** As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram

as seguintes:

Ativo	31/12/2018		31/12/2017		Mensuração	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Caixa	13	13	18	18	—	amortizado
Equivalentes de caixa	28.665	28.665	15.597	15.597	Nível I	de resultado
TVM	9.363	9.363	8.931	8.931	Nível II	de resultado
Contas a receber de clientes	8.792	8.792	8.087	8.087	—	amortizado
Depósitos judiciais	2.083	2.083	765	765	—	amortizado
<b>Passivo</b>	<b>120.635</b>	<b>120.635</b>	<b>133.967</b>	<b>133.967</b>		
Fornecedores	1.535	1.535	2.527	2.527	—	amortizado
Empréstimos e financiamentos	116.419	116.419	128.896	128.896	—	amortizado
UBP	2.681	2.681	2.544	2.544	—	amortizado

Empréstimos e financiamentos (BNDES): em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita à apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o exercício findo em 31/12/2018.

**23.2 Hierarquia do valor justo:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: **Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **Nível II** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo

sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e **Nível III** - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Em 31/12/2018, não houveram transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III. **23.3 Riscos resultantes de instrumentos financeiros:** A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios: **Risco de crédito:** O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

**Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

**Risco de regulação:** As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

**Risco Hidrológico:** A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de energia nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrônico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos. Para mitigar os efeitos em 07/01/2016 a ANEEL anuiu a reapetuação do risco hidrológico da UHE Ijuí Energia nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 100.

**Risco de Descontratação:** Atualmente, todos os recursos das hidrelétricas da Companhia estão vendidos para o ACR. A receita de geração estão sujeitas também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). **Risco de taxas de câmbio:** A Companhia não tem operações em moeda estrangeira. **Risco de liquidez:** Tão importante quanto a qualidade da geração de

caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos. A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração. **Análise de Sensibilidade:** Análise de sensibilidade das dívidas: Com base no relatório FOCUS de 28/12/2018, foi extraída a projeção dos indexadores IPCA e TJLP e assim definindo-os como o cenário provável, a partir desse foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data-base utilizada foi 31/12/2018 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Projeção Despesas Financeiras - Um Ano - Cenário						
Indexador	Taxa	31/12/2018				IV
		I	II	III	IV	
		(-50%)	(-25%)	provável	(+25%)	(+50%)
BNDES	TJLP+ 3,17%	102.763	6.958	8.808	10.658	14.359

## 24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições. Os valores investidos em benefícios a empregados somam o valor de R\$ 376 em 31 de dezembro 2018 e R\$ 132 em 31/12/2017.

## 25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 22/01/2019, a Companhia pagou um valor de R\$ 6.757 referente a dividendos adicionais do exercício de 2017.

## A Diretoria

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Diretores da Ijuí Energia S.A. São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Ijuí Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ijuí Energia S.A. em 31/12/2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários

tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de

auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da eficácia da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28/02/2019



KPMG Auditores Independentes  
CRC 25P014428/O-6

Anselmo Neves Macedo  
Contador - CRC 15P160482/O-6